



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

UNIVERSIDADE NO CAPITALISMO DEPENDENTE: DESAFIOS PARA O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL

Michely Mezadri¹

Resumo: Apresenta algumas reflexões acerca da universidade no capitalismo dependente objetivando identificar os desafios que a configuração da universidade brasileira apresenta para o trabalho do assistente social nesta instituição, considerando as particularidades do trabalho profissional e os desafios para um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político hegemônico profissional.

Palavras-Chaves: Capitalismo Dependente; Universidade; Serviço Social; Educação.

Abstract. It presents some reflections about the university in dependent capitalism in order to identify the challenges that the configuration of the Brazilian university presents for the work of the social worker in this institution, considering the particularities of the professional work and the challenges for a professional exercise committed to the hegemonic ethical-political project professional.

Key words: Dependent Capitalism; University; Social Work; Education.

Introdução

O presente ensaio surge dos caminhos teóricos percorridos ao longo das disciplinas cursadas no primeiro ano do mestrado em “Serviço Social e Desenvolvimento Regional” da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF. O ingresso no programa de pós-graduação, objetiva desenvolver a pesquisa com a seguinte temática “O trabalho do Assistente Social na Implementação da Política de Cotas Sociais” com recorte de análise para as Universidades Federais situadas no Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo das disciplinas percorremos um caminho em torno do aprofundamento teórico acerca do capitalismo em sua fase monopolista, com destaque para a compreensão das particularidades a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial. Nosso principal interlocutor para o debate acerca do capitalismo dependente e da universidade possível nesse modelo de sociabilidade é Florestan Fernandes, um importante intelectual militante que tanto se empenhou no desvelamento da realidade do Brasil e da nossa universidade.

Assim, iniciamos o presente ensaio com uma breve consideração acerca do capitalismo dependente e o caso Brasileiro para pensar qual universidade foi possível construir sob esse modo de sociabilidade, para então adentrar no debate do trabalho do assistente social e os desafios para um exercício profissional ético e comprometido nos espaços da universidade.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: michelysero@gmail.com.

Universidade no Capitalismo Dependente

O Brasil se insere no capitalismo mundial na atual fase imperialista do sistema sob a condição de uma economia dependente, que desempenha um papel de subordinação econômica, social e política aos países hegemônicos, sendo o capitalismo dependente, nos termos de Fernandes, compreendido como:

Uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível de integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas, e como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias hegemônicas" (FLORESTAN, 2008, p. 37).

O autor afirma que as nações da América Latina são frutos de um tipo moderno de colonialismo - surgido no período de conquista marítima espanhola e portuguesa. Esse colonialismo moderno toma novas conformações após a independência dos países latinos americanos, sob as diversas fases e formas da dominação externa vivenciada por estas nações. Dentre as explicações do autor acerca das fases e formas da dominação externa, destacamos o neocolonialismo como uma fase em que a dominação externa se torna imperialista e o capitalismo dependente surge como uma realidade (FERNANDES, 1975).

Assim ao analisar essas formas de dominação externa, Florestan (1975) explica através do padrão dual de expropriação do excedente econômico, como a burguesia local adere a um modelo de subordinação econômica dependente assumindo, no caso brasileiro, um papel econômico secundário e dependente, perpetuando assim as estruturas econômicas construídas no antigo sistema colonial. Nosso Estado Nacional independente nasce sem que houvesse profundas modificações na organização da economia e da sociedade (FERNANDES, 1975).

Segundo Fernandes (2008) as economias nacionais dependentes, devido a condição heteronômica, organizam-se em função das condições e limitações impostas pelo mercado mundial, sendo assim seu crescimento interno espelha os interesses deste. Trata-se do padrão dual de expropriação, uma vez que, as economias dependentes têm seu excedente econômico de produção expropriado pelas economias que controlam o globo, tornando as nações dependentes altamente capazes de integrar-se ao capitalismo mundial, desde que na condição de dependência.

Desta feita, os países centrais do capitalismo permitem e promovem o desenvolvimento econômico nos países periféricos, desde que esse desenvolvimento ocorra nos limites que não ameace a dependência, este ocorre assim, dentro do padrão de desenvolvimento do capitalismo dependente.

Neste sentido, Lima (2013) ao analisar o desenvolvimento da educação superior brasileira, explica que somente podemos compreendê-la a partir da relação existente entre o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão dependente de educação, nos temos das elaborações de Fernandes. Acrescenta ainda que o padrão dependente de educação se baseia na transplantação de conhecimentos e tecnologias dos países centrais.

Quanto a transplantação de conhecimentos e tecnologias dos países centrais, Fernandes (1975) afirma que devido às condições externa e também a particularidades brasileira o tipo de educação superior transplantado do modelo europeu sofre três níveis de empobrecimento, como descrito abaixo, assim aqui apenas será implementado um modelo de “escola superior” ou faculdades isoladas, constituindo o que o autor define como “padrão brasileiro de escola superior”.

Primeiro nível de empobrecimento acontece como uma forma de divisão que impediu os modelos institucionais de serem transplantados na íntegra. Face aos condicionantes políticos, práticos e ao atraso cultural, a política educacional escolhida para a transplantação era de caráter estreita e imediatista, sendo implantado apenas os modelos intermediários daqueles praticados na coroa, aqui os modelos escolhidos foram o da “faculdade” e “escolas superiores”. Segundo, fica evidente que com a transferência da corte, Portugal se vê forçado a adaptação do Brasil para a sua chegada, sendo assim ocorre uma espécie de metropolização forçada que desencadeia uma modernização controlada. Por consequência as instituições de ensino transplantadas, foram esvaziadas das funções que pudessem fomentar processos de autonomização cultural (FERNANDES, 1975).

O que se montou foi uma “escola superior” despojada de funções culturais criadoras, estritamente orientadas para servir de elo entre “modernização” e “progresso cultural” no exterior. Sob esse prisma, o eixo de sua atividade construtiva gravita em torno de uma polarização cultural dependente (FERNANDES, 1975, p. 95).

Por fim, o terceiro ponto de empobrecimento se deu pela impossibilidade brasileira em absorver os modelos institucionais transplantados, nesse aspecto verifica-se que os interesses da coroa e dos estamentos locais foram perfeitamente alinhados, assim a “escola superior” somente precisava formar um letrado com formação técnica para atender as demandas em torno da burocracia e no âmbito das profissões liberais (FERNANDES, 1975).

Estes três níveis de empobrecimento, segundo o autor, acarreta em duas conclusões importantes para nossa análise de como se configurou a universidade no Brasil, a primeira afirma que tanto devido a política da coroa portuguesa, assim como devido aos processo histórico sociais nacionais, não havia intenção de implantar os modelo universitário da coroa aqui, a nós somente foi destinado o processo de transplantação de parte daquele modelo. Outra conclusão importante é que graças a essa absorção cultural segmentada e

parcial dos modelos institucionais destinados a nós, ocorre a perda de certas características estruturais e funcionais daquelas instituições.

As instituições de ensino superior aqui instaladas sofrem, com esses processos, uma espécie de “senilização institucional precoce”, assim elas já nascem velhas face ao atraso dos modelos utilizados, uma espécie de novo que já nasce velho, que desencadeia o “padrão brasileiro de escola superior”.

O “Padrão brasileiro de escola superior”, segundo o autor, que foi identificado em todas as escolas superiores do país, tanto na rede pública e quanto na privada, se reproduz de forma universal explicitando as mesmas consequências estruturantes e dinâmicas.

Insta destaca que as Escolas Superiores brasileiras surgiram e se configuraram como a escola das elites culturais e limitavam a direção da educação a horizontes bem restritos com um ensino denominado pelo autor como “magistral e unifuncional” limitando-se a reprodução de conhecimento técnico-profissional. A escola superior também é marcada pelo conhecimento importado do exterior e direcionada a formação de profissionais liberais, ela assume características que refletem a sociedade em que foi forjada, qual seja: “hierarquizada, rígida e exclusivista” (FERNANDES, 1975).

No mesmo campo, Minto (2014) explica que as particularidades que marcam o desenvolvimento do ensino superior no país evidenciam que a universidade nasce marcada pela lógica de desenvolvimento nos moldes dependente, dando a esta um caráter elitista, fragmentário e pouco integrado como um lugar da elite local, se desenvolvendo distante das necessidades da classe trabalhadora que historicamente foi excluída da universidade.

Não obstante as particularidades, o desenvolvimento capitalista no Brasil produziu certa pressão pela ampliação da educação superior que atendesse a necessidade da burguesia em dois sentidos principais: pela necessidade de uma maior quantidade de trabalhadores com formação superior e necessidade de qualificação e preparação destes para assumir os postos de trabalho de chefia/gerências criados devido à ampliação da economia local. A demanda por educação, que é resultado dos desdobramentos do processo de urbanização e industrialização, não foi atendida de forma a contemplar todos os níveis de educação e nem as necessidades regionais. Sendo que esta somente passou a se efetivar, enquanto demanda, quanto também se tornou objeto de luta e conquista social (MINTO, 2014).

Assim, como a expansão da educação superior tornou-se uma necessidade do próprio capital, nos anos de 1960 a reforma universitária entra na pauta sob reivindicação dos movimentos sociais e movimento estudantil. Uma vez que a sociedade brasileira em desenvolvimento urbano-industrial necessitava de uma “grande massa de graduados” com um perfil diferente daquele oferecido pelo então padrão de escola superior vigente, era

imperativa a necessidade de alinhamento do ensino superior com as novas necessidades educacionais, culturais e práticas da vida moderna, mas palavras do autor:

Um ensino graduado de massa, mas capaz de conjugar educação geral com preparação especial, um ensino pós-graduado adaptado ao florescimento do pensamento interventivo da era da ciência e da tecnologia científica, requerem uma universidade nova, ao mesmo tempo integrativa, dinâmica e pluridimensionada (FERNANDES, 1975, p. 62).

O autor explica ainda que esse processo de expansão da universidade foi então conduzido pela burguesia que, ao tomar a direção corrompe a reforma e dá a ela seus interesses. Nesse período ocorre de fato uma expansão da educação superior dando a esta uma ideia de ampliação do acesso, porém na verdade essa aparência de ampliação do acesso serviu para escamotear o significativo aumento da educação superior no setor privado.

Na atualidade ainda é possível identificar diversos destes elementos apontados por Florestan Fernandes em nova atual configuração de educação superior, e nas universidades. Mesmo com o processo de redemocratização do país e a constituição de 1988, a intensificação da expansão do acesso à educação via setor privado, se manteve no texto constitucional, na atualidade é ainda mais intensificado.

Acerca das configurações na educação superior no Brasil neste século, Lima (2013) aponta para o empresariamento da educação com destaque para três elementos: aumento do número de instituições de ensino superior/IES privadas, privatização nas universidades públicas com a oferta de cursos pago, fundações de direito privado, Lei de Inovação Tecnológica; e, por fim, o produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação.

O primeiro elemento é quanto ao aumento do número de instituições de Ensino Superior, observa-se que o censo 2008 revela um aumento em comparação com 2002, passando de 1637 IES (sendo 195 públicas e 1442 privadas) para 2252 IES em 2008, destas 235 públicas e 2016 privadas. Não obstante ao efetivo aumento do número de instituições de ensino e especialmente o aumento de IES públicas, os dados revelam que do total apenas 183 eram universidades e 77 centros universitários, todas as demais são faculdades isoladas nas quais não existe pesquisa ou extensão, se limitando a instituições de ensino (LIMA, 2013).

O segundo elemento trata do processo de privatização interna das universidades públicas, a autora apresenta três eixos de análises para compreensão desse movimento, o primeiro diz respeito a privatização interna das universidades públicas sendo aprofundada no neoliberalismo; o segundo, esta privatização interna das universidades públicas ocorre por meio da venda de serviços educacionais, seja através de cursos de pós-graduação pagos ou por meio de parcerias público privadas para realização de pesquisa, por fim, o terceiro

eixo de análise revela que esse movimento de privatização das universidades está sendo operado pelo governo federal, é uma ação governamental que conta com o apoio de alguns movimentos autônomos de reitores ou docentes, mas a condição do processo ainda é do governo federal (LIMA, 2013).

Uma importante análise acerca da educação superior na atualidade é apresentada por Sguissard (2015) que discute a natureza da expansão do ensino superior no Brasil, compreendendo que sob o argumento de “democratização” do acesso à educação superior, ocorre, na verdade, uma espécie de “massificação mercantilizada”. Essa hipótese de estudo é analisada com base nos dados acerca da expansão do ensino superior privado, principalmente após 1997 quando ocorre a autorização para empresas com fins lucrativos na educação e posteriormente em 2007, com a entrada das empresas educacionais na bolsa de valores com a abertura de capital através da oferta pública inicial (IPO4).

É no bojo destas transformações que o então “serviços de interesse público” no qual a educação superior se insere, passa a ser tratado como mais uma espécie de “serviço mercantil” ou simplesmente mercadoria. Em contraposição, o autor apresenta ainda dados do acesso à educação pública superior que adota, nos anos 2000 políticas de cotas e assistência estudantil, o que poderia revelar uma maior democratização de acesso, no sentido de pensar igualdade de condições de acesso e permanência à educação superior (SGUISSARDI, 2015).

Assim os dados acerca das matrículas subdividida entre a rede públicas e privada; os dados acerca da financeirização e mercantilização das instituições privadas educacionais e o pioneirismo delas no ingresso no mercado de ações; os poucos avanços na construção de políticas sociais que caminhem na direção de garantia de igualdade no acesso e permanência nas universidades públicas; bem como os dados alarmantes de injeção de dinheiro público no FIES e no PROUNI, apresentados pelo autor, sugerem a ocorrência de um processo de massificação da educação em curso no país.

Dado o exposto e a fundamental análise apresentada pelos autores, é possível identificar na atualidade a permanência de traços do “padrão dependente de educação” atrelado ao modelo de inserção capitalista de dependência econômica, social e cultural da nossa sociedade no capitalismo mundial. Condição essa que se intensifica na atualidade face aos processos de crises do capital que apontam alternativas que se limitam a intensificar ainda mais nossa condição de dependência.

Desafios ao trabalho da/o Assistente Social na Universidade

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho tendo surgido no Brasil sob a égide do capitalismo monopolista com a tarefa de atuar nas contradições das classes antagônicas do capitalismo, quais sejam: burguesia e proletariado.

A profissão nasce das ações da igreja católica com forte marca do pensamento conservador, porém ao longo da trajetória profissional a categoria, através de um processo de autocrítica sob influência de um movimento latino-americano de Reconceituação² do Serviço Social que traça um caminho em direção ao rompimento com o tradicionalismo e construção de uma identidade profissional crítica e anticapitalista. Nesta linha a profissão realiza um frutífero debate no qual é construído o projeto ético-político da profissão, podendo ser considerado um “estado da arte” da história da profissão no país, no que tange ao avanço crítico, teórico e político.

O projeto ético político da profissão – PEP se expressa na “auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando seus objetivos e funções” (NETTO, 1999, p. 95). Esse projeto construído coletivamente se expressa ainda em alguns elementos que o constituem, são eles: na explicitação de princípios e valores ético-políticos; na matriz teórico-metodológica que se apoia; na radical crítica à ordem vigentes, matriz anticapitalista, e, nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria profissional através dos espaços de militância (TEIXEIRA, BRAZ, 2009).

Assim um trabalho profissional crítico e comprometido com os valores éticos defendidos pela categoria profissional requerem do assistente social compromisso com o projeto ético-político, bem como um exercício de constante reflexão acerca das contradições cotidianas com que o profissional se depara nos diversos espaços sócio-ocupacionais que ocupa.

Acerca dos espaços sócio-ocupacionais, Iamamoto (2009) explica que estes devem ser tratados para além das demandas já consolidadas, sendo necessário apropriar-se das demandas potenciais que surgem historicamente conforme o curso da realidade e das possibilidades históricas. Esses espaços:

[...] contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

² O chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina é analisado por José Paulo Netto sendo considerado uma importante expressão desse movimento de corrosão das bases de legitimidade do Serviço Social “tradicional” no continente, tendo como questão central inicial a “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”. (Netto, J.P. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. (9ª ed.) São Paulo: Cortez, 2006)

O fundamental neste debate é identificar o fio contraditório que perpassa os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho do assistente social. Buscando compreender de forma crítica as demandas apresentadas pelos espaços sócio-ocupacionais para não cair nas armadilhas e requisições conservadoras apresentadas cotidianamente, buscando um exercício profissional crítico e alinhado com os princípios Ético-políticos desta profissão.

Desta feita, a inserção do assistente social na educação, segundo o documento intitulado “Subsídios para o Trabalho do Assistente Social da Educação” do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, ocorre desde as origens da profissão e se estende até os dias de hoje, assim desde então este é um espaço que abriga o serviço social em seus quadros, porém no âmbito da universidade é importante destacar uma importante alteração neste quadro, a partir da implementação, nas primeiras décadas do século XXI, de políticas de acesso e permanência (lei de cotas nº 12.711/2012 e o Decreto 7.234 de 2010 que versa sobre a assistência estudantil).

Assim o profissional é requisitado a atuar, principalmente, mas não se limitando a isso, na análise de renda dos estudantes optantes pela reserva de vagas - cotas sociais para família com até 1,5 de renda per capita - e na operacionalização das políticas de assistência estudantil na perspectiva da permanência estudantil nas universidades federais brasileiras.

Considerando o panorama da universidades brasileiras apresentados no primeiro item deste ensaio, é possível identificar que a ação profissional do assistente social neste espaço, é tensionada pelas determinações desta complexa realidade, uma vez que, ao realizar essas atividades o profissional pode contribuir diretamente para a não efetivação das políticas de acesso e permanência, bloqueando o acesso dos segmentos mais pauperizados a esta políticas face as limitações da burocracia. Reafirmando assim a universidade como espaço privilegiado das elites brasileiras que não aceitam a entrada e permanência dos estudante trabalhadores e filhos de trabalhadores neste espaço.

Nesta linha o documento do CFESS afirma que o exercício profissional requer a garantia das condições éticas e técnicas e que a autonomia profissional não é dada, mas deve ser construída frente às diversas tensões do cotidiano e aponta: (CFESS, 2012).

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012, p. 33).

A inserção e atuação dos assistentes sociais na política de educação, atenta as requisições sócio-institucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população pobre nas diversas modalidades da educação, através de programas

governamentais que são frutos das pressões dos sujeitos políticos. Cabe destacar que, se por um lado essa ampliação do trabalho das/os assistentes sociais na educação é resultado da luta histórica dos movimentos sociais pela universalização da educação pública; por outro lado, esta somente se deu devido à agenda de subordinação aos organismos internacionais que atende aos interesses do capital por formação da força de trabalho (CFESS, 2012).

É neste universo contraditório que o profissional é requisitado a atuar e no atual contexto de cortes nos investimentos públicos para a educação, o profissional é convocado pela instituição a gerenciar a “barbárie” selecionando o mais pobre entre os pobres para acesso às políticas sociais. Somente através do aprofundamento teórico e educação permanente os profissionais são capazes de uma atuação radicalmente crítica, coerente, ético-política e articulada com os interesses da classe trabalhadora.

Os desafios nesse âmbito se colocam para que o profissional não perca a direção que sua atuação profissional deve refletir, em especial que esteja alinhada aos princípios do código de Ética Profissional, dentre os quais destacamos:

- ✓ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- ✓ Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ✓ Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- ✓ Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- ✓ Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (CFESS, 1993)

Considerando que as universidades brasileiras desde sua constituição foram desenvolvidas para atender aos interesses do capitalismo dependente, corroborando um padrão também dependente de educação, que se forja via escolas superiores e faculdades isoladas, reafirmando um caráter hierarquizado, rígido e exclusivista. Considerando que as políticas de acesso e permanência recentemente implementadas, frutos da luta sociais representam um importante avanço, mas ainda não são por si só o meio de transformação da realidade educacional brasileira, a atuação do serviço social junto a estas políticas refletem uma importante ação na arena de luta em prol da ampliação do acesso e permanência na educação superior, refletindo verdadeiramente os anseios da uma educação para a vida.

Neste contexto, os profissionais devem estar atentos para desenvolver um exercício profissional, crítico, criativo e comprometido com a direção ético-política hegemônica na profissão sempre atento a problemática do ensino superior brasileiro face ao padrão dependente de educação.

Considerações Finais

Não é possível concluir um artigo com esse tema sem evidenciar os ataques a Educação Superior em curso no Brasil nos últimos anos, em especial com a aprovação da emenda constitucional número 95 de 15 de dezembro de 2016 que instituiu um Novo Regime Fiscal no âmbito do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União congelando os gastos por 20 anos, aplicando anualmente o reajuste de 7,2 por cento sobre o valor orçamentário do exercício anterior (BRASIL, 2016). Esta medida ao congelar os gastos impede a ampliação e desenvolvimento das universidades públicas brasileiras, uma vez que, sem orçamento não é possível ampliar os cursos existentes, criar novos cursos ou mais vagas nas universidades, forçando assim a uma verdadeira estagnação das universidades públicas nos próximos 20 anos.

Outro ataque recentemente é evidenciado com os cortes de gastos no orçamento da educação superior pública anunciado pelo governo em abril de 2019, aliado aos discursos e propagação de notícias que objetivam desqualificar as universidades públicas e a produção de conhecimento produzido, sob a ideia de “balbúrdia”, assim adjetivada a universidade pública pelo então ministro da educação Abraham Weintraub “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” (AGOSTINI, 2019).

Não é possível pensar o desafio do trabalho profissional na universidade na atualidade sem mencionar os ataques do atual governo às universidades brasileiras, ataques de cunho financeiro (desde a PEC do congelamento dos gastos aos contingenciamentos) e também os ataques mais levianos com a difusão de informações falsas ou com dados distorcidos que buscam colocar em cheque a qualidade da universidade para legitimar um projeto que visa a privatização da educação universitária brasileira.

Considerando os limites para a construção do presente estudo, qual seja, de ser apenas uma reflexão inicial a partir do projeto de pesquisa para o mestrado, não apresentaremos aqui maiores considerações acerca do debate levantado, somente levantamos alguns questionamentos principalmente para pensar os rumos da universidade pública brasileira com os cortes, congelamento de gastos e a visível campanha governamental para difundir ideias que questionando a eficiência e compromisso desta.

Qual modelo de educação está sendo gestado pelo governo atualmente? Quais os rumos da educação superior nos próximos anos? As políticas afirmativas continuarão sendo implementadas? Qual o caminho da educação pública no capitalismo dependente com a mundialização do capital?

Finalizamos esta reflexão com um convite aos assistentes sociais que atuam nas universidades federais e demais interessadas no tema para a contribuição no debate crítico e comprometido acerca dos rumos da educação pública superior, buscando a compreensão das determinações que estão entranhadas no atual contexto de crise do capital e principalmente com o ingresso no planalto central de um presidente que representa o que temos de mais impuro da formação social brasileira materializado no racismo, machismo, LGBTfobia, conservadorismo, a verdadeira materialização do ódio ao diverso, plural e democrático.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verba de universidade por “Balbúrdia” e já enquadra UnB, UFF e UFBA. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de abril de 2019. Notícias. In. <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,me-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Sociedade de Classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Editora Global, 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza. A expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: *Serviço Social e Educação*. Pereira, Larissa Dahmer, Almeida, Ney Luiz Teixeira (organizadores). 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2013.

MINTO, Lalo Wantanabe. *A Educação da Miséria: Particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

Netto, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. (9ª ed.) São Paulo: Cortez, 2006.

Netto, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. *Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil?* Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

TEIXEIRA, Joaquina Barrata. BRAZ, Marcelo. O projeto Ético Político do Serviço Social. In *Serviço Social: Direitos sociais e competências profissional*. CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília, 2012.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Resolução 290/1993.